

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Icatu Capitalização S.A., relativas aos exercícios em 31 de dezembro de 2015 e 2016 da Icatu Capitalização S.A., além dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e Comitê de Auditoria. A Companhia arrecadou com títulos de capitalização o montante de R\$ 962,2 milhões, o que representa um crescimento de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado das operações de capitalização alcançou R\$ 128,1 milhões em 2016. A Icatu Capitalização S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 97,6 milhões em 2016, aumento de 58,4% em relação a 2015. O patrimônio líquido atingiu R\$ 196,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, líquidos da distribuição de dividendos de R\$ 46 milhões definidos na Assembleia Geral Ordinária de março/2016, alcançando um aumento de 82,4% em relação ao ano anterior. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 521/2015. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva da ordem de R\$ 178,2 milhões. A Icatu Capitalização S.A. agradece aos seus acionistas, funcionários, parceiros e corretores pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015		2016	2015
Ativo Circulante	1.394.302	1.295.574	Passivo Circulante	1.919.528	1.915.843
Disponível	3.506	4.924	Contas a Pagar	54.022	28.596
Caixa e Bancos	3.506	4.924	Obrigações a Pagar	44.510	22.868
Aplicações	1.329.374	1.235.386	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	3.522	1.866
Títulos de Renda Fixa - Privados	365.391	383.562	Encargos Trabalhistas	3.245	2.663
Quotas de Fundos de Investimentos	963.983	851.824	Impostos e Contribuições	2.730	1.190
Créditos das Operações de Capitalização	16.834	18.975	Outras Contas a Pagar	15	9
Créditos das Operações de Capitalização	16.834	18.975	Débitos de Operações com Capitalização	30.938	27.867
Outros Créditos Operacionais	18.888	12.285	Débitos Operacionais	30.938	27.867
Títulos e Créditos a Receber	25.665	23.755	Depósitos de Terceiros	2.223	2.303
Créditos Tributários e Previdenciários	6.156	5.829	Provisões Técnicas - Capitalização	1.832.345	1.857.077
Outros Créditos	19.509	17.926	Provisão para Resgates	1.587.141	1.590.385
Despesas Antecipadas	35	249	Provisão para Sorteio	126.951	126.410
Ativo Não Circulante	827.086	824.942	Provisão para Despesas Administrativas	1.686	1.660
Realizável a Longo Prazo	813.476	822.870	Outras Provisões	116.567	138.622
Aplicações	681.144	683.751	Não Circulante	129.560	96.816
Quotas de Fundos de Investimentos	681.144	683.751	Contas a Pagar	125.814	93.533
Títulos e Créditos a Receber	132.332	139.119	Obrigações a Pagar	12.465	7.001
Créditos Tributários e Previdenciários	9.866	32.716	Tributos Diferidos	17.090	23.623
Depósitos Judiciais e Fiscais	103.795	71.025	Obrigações Fiscais	96.259	62.909
Outros Créditos	18.671	35.378			
Imobilizado	317	448	Outros Débitos	3.746	3.283
Bens Móveis	307	432	Provisões Judiciais	3.746	3.283
Outras Imobilizações	10	16	Patrimônio Líquido	172.300	107.857
Intangível	13.293	1.624	Capital Social	66.151	66.151
Outros Intangíveis	13.293	1.624	Reservas de Lucros	106.816	79.648
Total do Ativo	2.221.388	2.120.516	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(667)	(37.942)
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.221.388	2.120.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros			Ajustes de Avaliação	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	66.151	13.229	54.818	(10.113)	-	124.085
Dividendos Declarados AGE de 30/04/2015	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(27.829)	-	(27.829)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	61.601	61.601
Destinação do Lucro Líquido:						
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	61.601	-	(61.601)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	66.151	13.229	66.419	(37.942)	-	107.857
Dividendos Declarados e Pagos AGO de 31/03/2016	-	-	(46.000)	-	-	(46.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	37.275	-	37.275
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	97.558	97.558
Destinação do Lucro Líquido:						
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	73.168	-	(73.168)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(24.390)	(24.390)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	66.151	13.229	93.587	(667)	-	172.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Icatu Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Icatu Assessoria Ltda.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1 Base de Preparação: As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), e alterações previstas na Circular SUSEP nº 521/15, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") alterada pela Resolução nº 343/16 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Companhia fez melhorias em sua metodologia de determinação do nível de hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros, dessa forma determinados instrumentos financeiros migraram de uma categoria para outra. Como consequência, para fins de comparabilidade, a Companhia replicou o mesmo critério atualmente utilizado para os instrumentos financeiros existentes no período comparativo relativo a 31/12/2015, reclassificando o montante de R\$ 951.977, do nível 2 para o nível 1 (nota 5.3). As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro de 2017. 2.2 Base de Mensuração: Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante, considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos, são classificados de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante. 2.3 Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.4 Uso de Estimativas: A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução do valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorram. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (nota 3.1.c); • Provisões Técnicas (nota 3.5); • Aplicações Financeiras (nota 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (nota 8); • Provisões Judiciais (notas 3.6 e 15.1).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações: **3.1 Instrumentos Financeiros:** a) **Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e quando aplicável investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. b) **Instrumentos Financeiros não Derivativos: Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (II) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de contrato. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; e (III) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações de Capitalização, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) **Redução ao Valor Recuperável:** (I) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. (II) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. d) **Instrumentos Financeiros Derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos negociados na BM&FBOVESPA e em mercado de balcão organizado, reconhecidos ao valor justo, que tem como objetivo principal proteger os ativos e passivos da Companhia dos riscos de mercado (nota 6). 3.2 **Imobilizado:** Está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinadas pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na Demonstração do Resultado. 3.3 **Outros Créditos Operacionais:** Essa rubrica

tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo, nas rubricas "Comissões a Pagar" e "Provisões Técnicas". 3.4 **Intangível:** Composto principalmente por contrato de direito de exclusividade para comercialização de produtos no canal de parceria e pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível é avaliado, a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e de sua recuperabilidade (nota 10). 3.5 **Provisões Técnicas:** 3.5.1 **Provisão Matemática para Capitalização:** Representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado. 3.5.2 **Provisão para Resgates:** Representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações. Inclui a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos. 3.5.3 **Provisão para Sorteios a Realizar:** É constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição, ainda não tenham sido realizados. 3.5.4 **Provisão de Sorteios a Pagar:** Corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação. 3.5.5 **Provisão para Despesas Administrativas:** É constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. 3.5.6 **Provisão para Distribuição de Bônus:** É constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano, a metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos compõem a provisão para resgates. 3.5.7 **Prescrição de Títulos:** A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. 3.6 **Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, Consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nas quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (nota 15.3). 3.7 **Resultado:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos. A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo: • Primeira mensalidade quando da respectiva emissão; • Demais mensalidades quando do efetivo recebimento. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita. Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos. 3.8 **Benefícios a Empregados:** Refere-se a plano de contribuição definida sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. 3.9 **Impostos e Contribuições:** 3.9.1 **Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. 3.9.2 **Impostos Diferidos:** São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias. Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando os créditos/débitos para os quais a estimativa de realização se dará

Rating	31/12/2016			
	CDB	Outras Aplicações*	Total	Debêntures
AAA	-	-	-	236.648
AA+	-	-	4.725	-
AA	66.466	-	66.466	-
AA-	6.061	-	6.061	132.431
A+	30.563	-	30.563	6.818
A	262.301	-	262.301	-
BBB+	-	-	-	5.012
BBB-	-	-	-	225
BB	-	-	-	236
Sem Rating	-	302.119	302.119	-
Total	365.391	302.119	667.510	5.186

* Outras aplicações: Principalmente Ações de Cias abertas e operações compromissadas onde não é possível mapear o rating.

4.3.1.2 Risco de Mercado - Constante potencial que a carteira de títulos tem de sofrer perdas devido a flutuações nos fatores de risco dos ativos. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2016		31/12/2015	
	DV-01	VAR	DV-01	VAR
Ações	-	28	1.333	-
Préfixado - DI	102	2.275	785.947	181
Taxa Referencial	-	-	104.006	-
IPCA	2.109	10.094	1.119.232	994
TOTAL	2.255	12.032	2.010.518	1.175

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Arrecadação com Títulos de Capitalização	4.3.4	962.227	859.092
Variação da Provisão para Resgate		(719.654)	(628.830)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização		242.573	230.262
Variáveis das Provisões Técnicas		1.131	(7438)
Resultado com Sorteio		(51.110)	(35.436)
Custo de Aquisição	19	(84.298)	(75.921)
Outras Receitas Operacionais		53.465	43.662
Outras Despesas Operacionais		(33.682)	(36.887)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19	19.783	6.775
Operações de Capitalização		128.079	118.242
Despesas Administrativas	19	(115.227)	(105.778)
Despesas com Tributos	19	(16.075)	(14.572)
Receitas Financeiras		345.929	271.624
Despesas Financeiras		(149.194)	(149.519)
Resultado Financeiro	19	196.735	122.105
RESULTADO OPERACIONAL		193.512	119.997
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes		(5)	8
Resultado antes dos Impostos e Participações		193.507	120.005
Imposto de Renda	20	(44.616)	(25.488)
Contribuição Social	20	(44.119)	(25.345)
Participações sobre o Lucro		(7.214)	(7.571)
Lucro Líquido do Exercício		97.558	61.601
Quantidade de Ações		417.994.227	417.994.227
Lucro Líquido por Ação - R\$		0,23	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	97.558	61.601
Outros Resultados Abrangentes		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37.275	(27.829)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	62.622	(46.913)
Imposto sobre o ganho originado no exercício	(25.347)	19.084
Total do Resultado Abrangente do Exercício	134.837	33.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Atividades Operacionais		
Lucro do Exercício	97.558	61.601
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.789	1.111
Perda na alienação de imobilizado e intangível	5	-
Variação das Provisões Técnicas	(75.128)	189.989
Variação de Imposto Sobre o Lucro	(446)	(2.246)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(91.380)	(209.022)
Créditos das operações de capitalização	2.141	(9.781)
Créditos tributários e previdenciários	(327)	(3.604)
Ativo fiscal diferido	22.850	

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Valor Provisionado			
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1.674	553	300	2.527
Causas Adicionais	153	-	-	153
Causas Baixadas	(675)	(132)	-	(807)
Causas Ajustadas	695	402	313	1.410
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.847	823	613	3.283
Causas Adicionais	173	-	-	173
Causas Baixadas	(1.150)	(635)	-	(1.785)
Causas Ajustadas	460	770	845	2.075
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.330	958	1.458	3.746

15.2 Obrigações Fiscais: As obrigações fiscais são registradas no passivo não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar" e são compostas como segue:

	Saldo em 31/12/2014		Atualização Monetária		Saldo em 31/12/2015		Atualização Monetária		Saldo em 31/12/2016	
	Adições		Adições		Adições		Adições		Adições	
Contribuição Social	32.649	9.427	3.900	45.976	23.022	6.234	75.232			
COFINS	12.221	277	1.083	13.581	2.151	1.278	17.010			
PIS	3.027	45	280	3.352	349	316	4.017			
Total	47.897	9.749	5.263	62.909	25.522	7.828	96.259			

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 31/12/2016	Valor em 31/12/2015	Valor atualizado em 31/12/2016	Valor em 31/12/2015
CSSL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 1ª instância.	R\$ 77.535	R\$ 49.003	R\$ 75.232	R\$ 45.976
PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo livre e prescrição - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo livre - 1ª instância e prescrição - 2ª instância.	R\$ 23.178, sendo R\$ 19.913 COFINS, e R\$ 3.265 PIS	R\$ 18.775, sendo R\$ 16.162 COFINS, e R\$ 2.613 PIS	R\$ 19.774, sendo R\$ 17.010 COFINS, e R\$ 2.764 PIS	R\$ 15.788, sendo R\$ 13.581 COFINS e R\$ 2.207 PIS
PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997.	Provável	A decisão foi parcialmente favorável. Aguardando conversão em favor da União e Companhia.	R\$ 1.721	R\$ 1.619	R\$ 1.174	R\$ 1.071
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 84	R\$ 72	R\$ 79	R\$ 74

15.3 Depósitos Judiciais e Fiscais: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Cíveis	46	25
Trabalhistas	121	54
Fiscais	103.583	70.885
Outros	45	61
Total	103.795	71.025

Os depósitos judiciais relativos às obrigações fiscais são compostos como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2015	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos/ Baixas	Saldo em 31/12/2016
Contribuição Social	36.088	9.608	3.307	49.003	21.708	6.824	-	77.535
COFINS	14.424	276	1.462	16.162	1.914	1.837	-	19.913
PIS	3.921	45	338	4.304	359	407	-	5.070
Outros	207	1.038	171	1.416	156	139	(646)	1.065
Total	54.640	10.967	5.278	70.885	24.137	9.207	(646)	103.583

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 16.1 **Capital Social:** O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2016 e 31/12/2015 é de R\$ 66.151, representado por 417.994.227 ações sem valor nominal, sendo 376.127.276 ações ordinárias e 41.866.951 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. 16.2 **Reservas de Lucros:** As Reservas de Lucros de R\$ 106.816 (R\$ 79.648 em 31/12/2015) são compostas por: Reserva legal de R\$ 13.229 (R\$ 13.229 em 31/12/2015) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva Estatutária de R\$ 93.587 (R\$ 66.419 em 31/12/2015) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2016, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 46.000 (R\$ 50.000 em 30/04/2015) com recurso da reserva estatutária. 16.3 **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. O saldo devedor registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 667 (R\$ 37.942 em 31/12/2015). 16.4 **Destinação de Resultados:** No exercício findo em 31/12/2016, a Companhia apurou lucro de R\$ 97.558, cuja destinação proposta foi de R\$ 73.168 para constituição de Reserva Estatutária, R\$ 24.390 para Dividendos Propostos. 16.5 **Dividendos:** De acordo com estatuto social da Companhia, são assegurados aos acionistas, dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação vigente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO: Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela resolução nº 343/16.

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido	172.300	107.857
Ajustes Contábeis	(9.332)	(1.873)
Despesas Antecipadas	(35)	(249)
Ativos Intangíveis	(13.293)	(1.624)
Ajuste Contábil - 50% Ativos intangíveis ponto de venda CMR (+)	3.996	-
Ajustes Entrepostos a Variações dos Valores Econômicos	44.872	-
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	44.872	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	207.840	105.984
Capital Base (CB)	10.800	10.800
Capital de Riscos de Crédito	34.824	36.769
Capital de Risco de Subscrição	9.535	8.179
Capital de Riscos de Mercado	64.845	-
Capital de Risco - Redução por correlação	(23.888)	(3.480)
Capital de Risco Operacional	3.393	3.036
Capital de Risco - CR	88.709	44.504
Capital Mínimo Requerido (MAX)(CB,CR) - CMR	88.709	44.504
Suficiência	119.131	61.480
Razão PLA/CMR	2,34	2,38
Ativos Líquidos	178.173	62.060
Índice de Liquidez em relação ao CR %	200,85%	139,45%

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Capitalização S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Icatu Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos relacionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Capitalização S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

18. PARTES RELACIONADAS: As principais transações com partes relacionadas são como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Contas a Receber	37.342	51.896
Brasilcap Capitalização S.A. (Ligada) [d]	37.342	51.896
Passivo		
Contas a Pagar	(40.008)	(12.049)
Icatu Seguros S.A. (Controladora) [b] [a] [f]	(39.082)	(12.027)
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [b]	(89)	-
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) [b]	(24)	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) [a]	(813)	(22)
Total (Ativos - Passivos)	(2.666)	39.847
Receitas	102.254	89.474
Arrecadação com Títulos de Capitalização	102.254	89.474
Icatu Seguros S.A. (Controladora) [a]	95.229	89.474
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) [a]	6.325	-
Despesas	(121.231)	(103.630)
Icatu Seguros S.A. (Controladora) [a] [b]	(111.585)	(101.440)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) [a]	(5.746)	(276)
Administradores (Outros) [c]	(2.533)	(694)
Icatu Fundo Multipatrocínio - FMP (Ligada) [e]	(848)	(734)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) [b]	(322)	(486)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) [b]	(197)	-
Total (Receitas - Despesas)	(18.977)	(14.156)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: a) Venda de títulos de capitalização - os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e Rio Grande Seguros uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. b) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes. c) Na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo. d) Cessão de direitos de exploração do balcão Nossa Caixa à Brasilcap Capitalização S.A. e) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários. f) Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados. Em Abril de 2016, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 46.000 para a ICATU SEGUROS S.A.

PARÊCER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nossas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Icatu Capitalização S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital e da solvência acima referidos da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio do FIP, para o

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

	31/12/2016	31/12/2015
Custos de aquisição	(84.298)	(75.921)
Despesas de Corretagem	(7.297)	(72.303)
Despesas de Remuneração Performance Mensal	(5.272)	(2.276)
Despesas de Custeamento de Vendas	(1.729)	(1.342)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19.783	6.775
Prescrição de Títulos de Capitalização	41.100	31.119
Taxa relativa a Fesgates Antecipados	12.366	12.541
Prestação de Serviço Ativo	(29.934)	(35.754)
Provisão/ Reversão para Contingências Cíveis	9	(551)
Outras Despesas Operacionais	(2.438)	(580)
Redução ao Valor Recuperável Para Recebíveis	(1.320)	-
Despesas Administrativas	(115.227)	(105.778)
Pessoal Próprio	(58.866)	(48.231)
Serviços de Terceiros	(20.252)	(24.783)
Localização e Funcionamento	(30.347)	(26.627)
Publicações	(71)	(100)
Publicidade e Propaganda	(3.166)	(3.100)
Donativos e Contribuições	(2.420)	(2.719)
Outras Despesas Administrativas	(105)	(218)
Despesas com Tributos	(16.075)	(14.572)
Impostos	(195)	(502)
Provisão para Contingências Fiscais	(845)	(313)
COFINS	(11.627)	(10.731)
PIS	(1.997)	(1.846)
Taxa de Fiscalização	(1.325)	(1.048)
Outras Despesas com Tributos	(86)	(132)
Resultado Financeiro	196.735	122.105
Receitas Financeiras	345.929	271.624
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	225.444	177.361
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	60.541	38.863
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	3.981
Títulos de Renda Fixa - Privados	45.189	37.123
Outras Receitas Financeiras	14.755	14.296
Despesas Financeiras	(149.194)	(149.519)
Atualização Monetária das Provisões Técnicas	(111.169)	(108.275)
Títulos de Renda Variável		
(quotas de fundos de investimento)	(35.673)	(40.758)
Títulos de Renda Fixa	(1.977)	(53)
Outras Despesas Financeiras	(375)	(433)

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	193.507	193.507	120.005	120.005
Participação nos Lucros e Resultados	(7.214)	(7.214)	(7.571)	(7.571)
Resultado antes dos Impostos	186.293	186.293	112.434	112.434
ADIÇÕES	44.594	44.594	40.087	40.087
Adição Permanente	1.247	1.247	706	706
Doações e Patrocínios Indedutíveis	2.216	2.216	1.851	1.851
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	3.950	3.950	3.413	3.413
Outras Provisões	8.113	8.113	3.597	3.597
Participações nos Lucros e Resultados	10.419	10.419	13.209	13.209
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	4.094	4.094	1.684	1.684
Direitos de Longo Prazo	14.555	14.555	15.627	